

# COMO A DESIGUALDADE DE GÊNERO INFLUENCIA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

*HOW DOES GENDER INEQUALITY INFLUENCE PHYSICAL EDUCATION CLASSES?*

**Danielle Salvador Ribeiro<sup>1</sup>, Cesar Augusto Cardoso Nardes<sup>1</sup>, Roberto Rocha Costa<sup>1,2</sup>**

<sup>1</sup> Centro Universitário UniFUNVIC, Pindamonhangaba – SP

<sup>2</sup> Univap – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos – SP

\*Correspondência: daniribeiro9911@hotmail.com

## Resumo

O fato de as alunas estarem matriculadas e frequentando a mesma aula que os meninos, não muda o fato de que a opressão possa estar presente em sua rotina nas aulas de educação física. Goellner (2010) descreve o “sexo” como características anatômicas e fisiológicas que distinguem homens e mulheres. O “gênero” é definido como a condição social por meio da identificação como masculino e feminino. E a “sexualidade” está no lado dos desejos e descoberta da identidade. O objetivo deste artigo é analisar as opiniões e experiências de professores e professoras e, entender a visão em relação à desigualdade de gênero. O estudo é de caráter qualitativo, realizado através de um questionário online, respondido por 26 participantes, composto por 7 questões dissertativas que solicitavam a opinião dos professores e das professoras em relação a aula mista, a diferença comportamental entre as séries escolares e o entendimento do conceito de desigualdade de gênero e formação acadêmica. Neste artigo vimos que, as professoras tendem a se preocupar mais com o assunto devido as suas experiências como alunas, os professores, não mostram grande interesse em pensar na superação deste problema, a maioria dos participantes se mostram resistentes em relação a metodologia de aulas mistas. Todos têm direito a educação igualmente, é preciso formar alunos e alunas que tenham a capacidade de sair das escolas tomando suas próprias decisões, tendo desfrutado de todos os momentos e movimentos que trarão benefícios diversos.

Palavras-chave: Educação física escolar, Formação humana, Gênero.

## Abstract

The fact that the female students are enrolled and attending the same class as the males does not change the fact that oppression may be present in their routine in physical education classes. Goellner (2010) describes “sex” as anatomical and physiological characteristics that distinguish men and women. “Gender” is defined as the social condition through identification as male and female. And “sexuality” is on the side of desires and identity discovery. The aim of this research is to analyze the opinions and experiences of teachers to understand their point of view in relation to gender inequality. This qualitative study used an online questionnaire, answered by 26 participants, consisting of 7 questions that asked for the teachers’ opinion in relation to the mixed class, the behavioral difference between school grades and the understanding of the concept of gender inequality and academic education. In this article we saw that teachers tend to be more concerned with the subject due to their experiences as students, teachers do not show great interest in thinking about overcoming this problem, most participants are resistant to the mixed classes methodology. Everyone has the right to education equally, it is necessary to train male and female students to leave the school making their own decisions, having enjoyed all the moments and movements that will bring different benefits.

Keywords: School physical education, Human education, Gender.

## INTRODUÇÃO

Existem problemas enfrentados pelas meninas dentro de suas aulas de Educação Física. O fato de as alunas estarem matriculadas e frequentando a mesma aula que os meninos, não muda o fato de que a opressão e a violência possivelmente estejam presentes em sua rotina. Os problemas sociais presentes na sociedade, são levados para dentro de sala de aula, uma vez que, a escola nada mais é, do que uma extensão da sociedade, as separações de gênero presentes nas modalidades esportivas e nas aulas de educação física, são um exemplo disso. Tudo isso vêm em virtude de muitos anos de repressão, são séculos de uma construção histórica e cultural de um sistema que passa por cima de direitos para que apenas uma hegemonia seja beneficiada, enquanto a outra, seja diminuída, apenas porque são pertencentes ao sexo feminino.

A luta feminina, no Brasil, começa em 1889, com a Proclamação da República. A mudança de regime político empolgou as mulheres, que viram no novo contexto uma oportunidade de votarem e serem votadas. Uma república exigia uma nova Constituição, que deveria estar em sintonia com a renovação de valores da esfera pública. Parecia o momento perfeito para cogitar o voto feminino. Apesar de toda a luta das sufragistas, somente em 1932, no governo de Getúlio Vargas, o voto feminino foi permitido. Ainda assim, o voto era facultativo, obrigatório apenas para funcionárias públicas. O voto feminino no Brasil foi instituído a partir da aprovação do Código Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076. O artigo 2º continha a seguinte redação: “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932).

Mesmo com essa questão da possibilidade de voto pelo público feminino, de certa forma, resolvida, os problemas sociais estavam longe de terem um fim. A diferença salarial entre gêneros, é um tema recorrente e atual no Brasil. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados em março de 2019, a mulher brasileira estuda e trabalha mais e ganha, em média, 20,5% menos do que o homem (IBGE, 2021).

E as consequências não são apenas essas, a sociedade vem se moldando durante séculos em torno de uma cultura opressora, que aceita determinados comportamentos vindo dos homens e com isso, os crimes de ódio se propagam no meio social. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponibilizou no ano de 2020, dados referentes à violência doméstica e sexual na pandemia do COVID-19. Foram apresentados valores em relação a lesão corporal dolosa, por número de vítimas do sexo feminino: no 1º semestre de 2019, o número de casos era de 125.338 e em 2020, de 113.332. Em 2019, foram registrados 306.216 e, em 2020, 255.003 casos. A quantidade de ligações ao 190 indicando violência doméstica, em 2019, foram 142.005 e, em 2020, 147.379 ligações. Esses dados demonstram o quanto as diferenças de gênero podem resultar em crimes.

Tendo em vista as consequências que surgem por comportamentos baseados na superioridade de um dos gêneros, fica evidente a preocupação com essa desigualdade a nível mundial, em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e deram início ao documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual foram definidos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas. O acordo é que todos os países adotem os ODS, respeitando as suas particularidades, porém, trabalhando em conjunto com os outros países, para que assim, consiga-se promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2015). O Objetivo número 5 do ODS propõe a igualdade de gênero e sua intenção é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015). E no Brasil, as legislações relacionadas ao ensino escolar estão cada vez mais preocupadas com uma educação igualitária.

BNCC é a sigla para Base Nacional Comum Curricular, do Ministério da Educação (MEC). Trata-se de um documento que estabelece regras e determinações para a aprendizagem essencial que deve ser trabalhada nas escolas. A BNCC vale para instituições públicas e privadas, contemplando Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A ideia consiste em garantir que todos os alunos tenham acesso ao direito ao ensino e que seu desenvolvimento aconteça de forma condizente ao nível de escolaridade. A intenção da BNCC é regulamentar e normatizar o ensino do Brasil. Isso se dá a partir da promoção da igualdade do sistema educacional, contribuindo para que alunos de todos os cantos do país consigam acessar educação de qualidade e formem uma sociedade igualitária, democrática, justa e inclusiva. Um dos marcos legais que embasam a BNCC, seria a Constituição Federal de 1988, que, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ao ver esses números sobre violência, as propostas em nível nacional e mundial e as orientações em relação à Educação Física Escolar, perguntamo-nos: como será que essa relação se dá nas aulas de Educação Física Escolar? Assim, nosso objetivo é levantar a opinião e experiências de professoras e professores em relação à desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física Escolar.

## A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

A Educação Física, enquanto componente curricular da Educação Básica, deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida. A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade. (BETTI; ZULIANI, 2002).

Altmann (2015) diz que as diferenças de habilidade entre meninos e meninas como causa de conflitos e dificuldades pedagógicas nas aulas de Educação Física têm sido analisadas em outros estudos. Altmann; Amaral; Ayoub (2011) relatam que durante algum tempo, as diferenças entre meninos e meninas eram consideradas inatas e decorrentes de razões biológicas. As autoras acrescentam que falar sobre gênero contribuiu para compreender que essas diferenças são históricas e socialmente construídas. As distintas formas de educar os corpos de meninos e meninas, presentes desde a infância, são hoje tidas como importantes para a compreensão desse fenômeno, o que tem efeitos sobre as habilidades e os envolvimento dos sujeitos com as práticas corporais e, conseqüentemente, com as aulas de Educação Física (FINCO, 2007).

Segundo Altmann (2015), o caráter prático da disciplina Educação Física, o fato de ela lidar com o corpo, compreendido a partir da sua perspectiva biológica, a organização masculina e feminina da maioria das competições esportivas e as diferenças de habilidade entre meninos e meninas têm sido utilizados como justificativas para a separação de meninos e meninas nas aulas. A autora afirma ainda que “[...] historicamente essa separação precede a hegemonia do esporte como conteúdo curricular da educação física escolar”.

## MÉTODO

O estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da aplicação de um questionário *online*. O questionário foi uma forma facilitadora, em relação à coleta e análise de dados sobre um exemplo individual para definir um fenômeno mais amplo, entender, através das respostas, as semelhanças e divergências, contando com a particularidade de cada escola e o público para o qual os professores dão aula.

Os participantes receberam um *link* que disponibilizou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e somente após sua aceitação um questionário era liberado, e assim respondido também de forma *online*. O questionário continha questões abertas voltadas para o dia a dia escolar (formato das aulas, regras, situações voltadas para a desigualdade de gênero), formação acadêmica dos professores e professoras e a opinião dos mesmos e das mesmas, em relação a desigualdade de gênero. Todo esse processo só foi realizado após submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através da Plataforma Brasil. A aprovação desse processo pode ser confirmada pelo número do parecer: 4.798.671.

## Caracterização da amostra

Contamos com a participação de 21 professoras e 5 professores, do ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio, distribuídos conforme apresentado no Quadro 1. Este quadro indica que o estudo contou com opiniões de professores e professoras que lecionam do fundamental I até o ensino médio, apontando que as opiniões permeiam todo o ciclo escolar e que por trabalharem em mais de uma etapa, podem ter a percepção de diferenças entre elas.

<b>Professores</b>	<b>Ensino Fundamental I</b>	<b>Ensino Fundamental II</b>	<b>Ensino Médio</b>
Professora 1		X	X
Professora 2		X	X
Professora 3			X
Professora 4	X		X
Professora 5		X	
Professora 6	X	X	X
Professora 7	X		
Professora 8		X	
Professora 9	X	X	X
Professora 10			X
Professora 11	X	X	X
Professora 12	X	X	X
Professora 13		X	
Professora 14		X	
Professora 15	X		
Professora 16	X		
Professora 17	X		
Professora 18			X
Professora 19	X	X	X
Professora 20		X	
Professora 21	X	X	X
<b>Total das Professoras</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>12</b>
Professor 1		X	X
Professor 2	X	X	
Professor 3	X	X	
Professor 4		X	X
Professor 5		X	
<b>Total de Professores</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>14</b>

Quadro 1 – Etapa do ensino em que participantes atuam.

Para participar da pesquisa, era preciso estar dentro dos critérios: (1) ter ministrado aulas presenciais, (2) estar trabalhando em alguma escola. E como critério de exclusão: foram suprimidos os que não responderem as perguntas do questionário e/ou não desejaram participar da pesquisa. Fraser e Gondim (2004) defendem que em um ambiente social específico, as respostas, provavelmente, irão se repetir, facilitando a conclusão da pesquisa mais cedo e talvez, estagnando a pesquisa, fazendo com que não haja mais ganhos, e assim, será necessário trabalhar com uma outra abordagem. Pessoas que vivem em ambientes sociais semelhantes e passam pelas mesmas situações, estão propensas a terem a mesma opinião, ou seja, resultados individuais podem representar significados grupais, assim como, pessoas que não são do mesmo círculo, darão respostas distintas, muitas vezes por nunca terem uma certa reflexão sobre o assunto, o que farão formatar suas aulas de acordo com seus princípios, o que enriquece ainda mais o nosso artigo, uma vez

que, temos participantes de gêneros distintos e de séries distintas, cada um com uma realidade única, que permitiu entender e compreender diversas situações e pontos de vistas.

### **Análise dos dados**

A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo de Bardin (2000) que relata que a técnica de análise de dados a ser utilizada tem como característica principal o engrandecimento da leitura e a superação perante as várias formas de interpretação. Além disso, propõe a análise de significados, configurada por mecanismos sistematizados e diretos que possibilitam a verificação dos conteúdos e a descoberta dos núcleos de sentido que constituem os escritos da comunicação.

Nesta técnica de análise, o pesquisador propõe o entendimento das características, organizações ou modelos presentes aos fragmentos das respostas que foram levados em consideração. A análise foi desenvolvida a partir das informações coletadas no questionário. A análise de conteúdo está dividida em três fases: a primeira fase, destaca-se pelo aprofundamento na literatura específica e a organização do material disponível; o método direto e verdadeiro na análise dos dados caracteriza a segunda fase; a terceira e última fase engloba todo o agrupamento de dados durante o decorrer do processo (BARDIN, 2000).

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram examinados 26 questionários diferentes com as mais diversas respostas e, seguindo a metodologia de Bardin (2000), definimos três grandes categorias que possibilitaram uma análise mais detalhada e profunda, sendo elas: Categoria I – Dia a dia dentro das salas de aula; Categoria II – Vivências de professores e professoras em diferentes contextos e Categoria III - Entendimento do conceito de desigualdade de gênero e formação acadêmica.

A **Categoria I**, nos mostra um pouco sobre como são as aulas de Educação Física Escolar. A primeira provocação é a de entender como esses professores e essas professoras dirigem as suas aulas; se separam os alunos e alunas ou optam pelas aulas mistas; se modificam regras ou não. Goellner e Fraga (2004), mostram que a separação por gêneros se dava em função de objetivos sociais diferenciados para esses corpos, a partir de “proposições absolutamente naturalizadas e definitivas do que é ser homem e do que é ser mulher”, o que resultava em práticas corporais diferenciadas. Dito isso, a pré-disposição de professores para separar os gêneros, surge baseada na definição do que é o corpo feminino e o corpo masculino nas práticas esportivas dentro da escola. Com isso, alguns exercícios físicos são colocados como mais adequados para meninas ou meninos e, dessa forma, surge a necessidade de separação dentro da disciplina. Analisando uma fala da professora 18: “Sim, quando os meninos e meninas jogam juntos, pedimos que os meninos pratiquem o bom senso e não exagerem na força”.

Altmann; Amaral; Ayoub (2011) afirmam que em relação ao cuidado dos meninos com as meninas, sua fragilidade e a mudança de regras das atividades, embora existam diferenças físicas, essas não podem ser naturalizadas ou pensadas unicamente sob o prisma biológico, com o grave risco das generalizações que rotulam meninos e meninas em categorias distintas e ofuscam as singularidades dos sujeitos.

As oportunidades de ensino que vêm sendo historicamente oferecidas para meninas e meninos são diferenciadas, restritas e estereotipadas. Pensar na diversidade de conteúdos é ajudar no desenvolvimento de novos interesses por parte das alunas, ninguém desenvolve um interesse por algo desconhecido, a partir do momento que determinado conteúdo desperta um certo interesse, ele terá um novo significado, e com isso, um maior domínio corporal. Garret (2004 apud ALTMANN; AMARAL; AYOUB, 2011) afirmam que um dos desafios da Educação Física é encontrar maneiras de empoderar meninas e jovens mulheres a sentirem-se mais confiantes e habilidosas ao usarem seus corpos, em vez de constrangidas por formas restritivas de padrões corporais de gênero. Um fato bastante perceptível é que os participantes e as participantes ainda enxergam a educação física muito vinculada à performance esportiva, comprovado na seguinte fala:

Sim, num primeiro momento é a mesma aula para todos. Porém, em alguns momentos, quando identifico que há problemas de diferença de nível de desempenho muito grande entre os alunos o qual pode causar vergonha ou mesmo lesões, ou se um grupo de alunos não se sente confortável por algum motivo dependendo da prática, acabo dividindo a turma para estimular o maior número de participantes na aula (Professora 2).

Analisando o relato acima, é possível perceber uma outra preocupação que não cabe à educação física, que não é o seu objetivo e nem o da escola, e a preocupação relatada é importante, porém, não

considera a formação como um todo, em uma aula que propicie um ensino igualitário para todos e todas, não ajuda a convivência dos diferentes.

Soares (1996) relata que, a partir da década de 1940, a educação física viveu um processo de esportivização que atingiu suas aulas na escola, nas quais alguns esportes (futebol, basquetebol, voleibol e handebol) tornaram-se praticamente seus únicos conteúdos. Já na década de 1980, segundo Hildebrandt; Laging (1986), esse processo começa a ser problematizado no Brasil e algumas propostas teórico-metodológicas da área passam a defender, entre outras questões, a diversificação de conhecimentos nas aulas, as formas de abordá-los e uma ressignificação do esporte. E como resposta, Altmann (2011), diz que diferentes propostas foram elaboradas para o ensino do esporte, no ambiente escolar, que privilegiariam a dimensão histórico-social dessa prática, e saberes como: técnicas, táticas, sistemas de jogo e regras, para que alunas/os pudessem compreendê-los tanto como espectadoras/es quanto como praticantes, deixando de lado o esporte espetáculo de alto rendimento. Um exemplo de como trabalhar nessa perspectiva consiste em ensinar os esportes coletivos mostrando o que esses têm em comum. Além disso, é necessário que o esporte assuma outros códigos, ligados ao lazer, como saúde, prazer, sociabilidade etc.

Mesmo quando alguns dos participantes relatam que em suas aulas todos irão fazer a mesma atividade, evidenciando que gênero não é uma preocupação, fica evidente que, mesmo indiretamente, o assunto está presente em suas preocupações na hora da montagem das aulas. Como vemos nas respostas abaixo:

Realizam a aula juntos. A escola é um micro contexto social, se na sociedade não há separação nas interações entre meninas e meninos não é na escola que iremos implementar isso. Ademais, não podemos reforçar estereótipos e preconceitos quanto a participação de meninas em algumas atividades esportivas, como o futebol. Precisamos durante às aulas de Educação Física Escolar ampliar as experiências dos alunos e alunas quanto a cultura corporal de movimento, tentando superar os estigmas relacionados a atividade considerada como "adequada" para meninas e meninos (Professora 1).

Os alunos e alunas fazem as aulas juntos, pois acredito que todos devem ter a mesma oportunidade de experiência, além de desenvolver o respeito, cooperação e identidade coletiva, melhorando a convivência entre eles (Professora 2).

Analisando a terceira e quarta questão do questionário, que perguntava se o professor ou professora já havia presenciado alguma situação em suas aulas em que algum aluno ou aluna fora tratado de forma desigual ou ridicularizado por ser do sexo oposto, é notório que são situações embaraçosas com as quais os professores e professoras têm dificuldade de lidar e que também, não vêm apenas dos alunos e sim, de fora da escola, como por exemplo:

Meninos às vezes menosprezam as capacidades das meninas. Mãe e avó já vieram me pedir para a filha/neta não fazer futebol porque era de menino (Professora 10)

Sim, muito triste e difícil de lidar com a situação (Professora 14).

Duas participantes deixaram explícito que as situações já ocorreram e que tomaram decisões para combatê-las, pois entendem que faz parte de sua atuação como professora conscientizar os alunos e alunas:

Acontece muito, mas são coisas que tenho que combater o tempo todo (Professora 3).

Sim, mas com conversas sobre desigualdade e preconceito aos poucos fomos revertendo isso (Professora 11).

A quinta questão pergunta se o professor ou professora já presenciou alguma situação em que o/a aluno/a tenha sido excluído ou se auto excluiu de alguma situação pela dificuldade de relação com o gênero oposto. Obtivemos respostas, em sua maioria, apenas com sim ou não, porém, uma resposta foi de extrema valia, pois mostra que a situação pode acontecer, pode separar, mas que é importante ter esse diálogo com os seus alunos e alunas para que juntos entrem em um acordo, e com mais atitudes como essa citada abaixo, é possível diminuir, aos poucos, a desigualdade de gênero dentro de sala de aula.

Excluído não, mas certa vez trabalhando com esportes de invasão, precisei montar uma equipe de menina e meninos. Pois, os meninos não estavam deixando elas participarem ativamente do jogo. Então, para que

elas não se desmotivassem, inicialmente propus essa divisão, e depois juntamente com eles e elas criamos estratégias para que pudessem jogar juntos (Professora 1).

Ao finalizar a análise da **categoria I**, percebe-se que professoras e professores têm consciência da desigualdade e sabem o quão prejudicial ela é, porém, muitas vezes, preocupam-se com outras coisas ou outros objetivos, deixando de lado a intervenção pedagógica específica. Esses preconceitos e pensamentos tradicionais acabam deixando as meninas em situação de inferioridade em relação aos meninos que sempre tiveram mais oportunidades e foram estimulados a ampliar suas experiências. Ambos têm seus saberes particulares e distintos e são tão válidos quanto os do outro, porém, a sociedade se baseia em uma masculinidade “tóxica”, onde os meninos são levados a ações pautadas, na força, e então, são levados para esportes que, de certa forma, beneficiam a prática desse tipo de atividade considerada apenas para os homens.

A **categoria II** visa a analisar a vivência dos professores e professoras em suas aulas de Educação Física, uma vez que a maioria dá aula para mais de uma série, ou seja, passa por classes diferentes, com pessoas diferentes e até em escolas diferentes, com suas particularidades e vivências divergentes. Algo que chama a atenção, e que já era esperado, é a dificuldade, com o passar dos anos, com as mudanças na fase escolar, como dito nessa fala, por exemplo:

4º e 5º anos juntos, ciclo 2, infelizmente separados (Professor 3).

Quando perguntados sobre o fundamental I (de 6 a 10 anos de idade), recebemos respostas mais positivas em relação à convivência entre os gêneros. Isso se dá pelo fato de os alunos serem novos, ainda abertos a novos conhecimentos, segundo Scaglia; Fabiani; Godoy (2020) “A criança, diferente do adulto, não restringe a representação das coisas de maneira fechada (...)”. Aumentando assim o potencial educativo, ao se trabalhar conteúdos como esse e tentar novas alternativas, para que com a troca de ciclo escolar, a desigualdade de gênero seja diminuída. No ensino fundamental II, com os alunos um pouco mais velhos, com mais vivência, ocorrem mais separações por gêneros e é possível perceber mais diferença nas respostas.

Com a aproximação das séries finais, a tecnologia e fatores físicos e hormonais começam a interferir. Os alunos e alunas começam a ver o outro de forma diferente, então começam a deixar de lado a vontade de participar das aulas, muitas vezes, por sentir vergonha de estar perto da pessoa que está desenvolvendo um determinado sentimento. Além da mudança corporal, é uma fase em que as mudanças começam a ocorrer de forma rápida e o prazer de participar das aulas é substituído por novos interesses, com isso, o distanciamento em relação aos gêneros começa a ficar cada vez maior. Apesar de os alunos e alunas compreenderem tais diferenças, ao menos um pouco, é notório que alguns se afastam das aulas de educação física com o avanço dos ciclos escolares que vem acompanhado pelas mudanças pessoais de cada um deles (GODOI, 2020).

O ensino médio, a última etapa da Educação Básica, é a fase mais difícil para os nossos participantes. Uma professora deu uma resposta capaz de levantar questionamentos; ela leciona para o fundamental I e ensino médio, a fase inicial e a fase final, dois extremos, e relata a diferença e como é mais difícil dar aula para pessoas que são, por natureza, questionadoras, exigentes, difíceis de agradar, disse:

Sim, já aconselhei palestras sobre assuntos de violência contra as mulheres ou autoconhecimento, mas nunca vejo uma preocupação das direções de escola com esses temas sempre são preocupados com números de alunos em sala de aula (Professora 4).

Outra questão levantada, foi o interesse em relação ao assunto por parte de pessoas que estão à frente da gestão escolar, como a direção e a coordenação. Na categoria I, foi notório que alguns professores vivem um dilema, que é o de incluir/envolver mais alunos/alunas nas aulas ou abordar um assunto importante para a formação humana de todos. Alunos/alunas que saibam conviver entre si, respeitar, agir com ética, são seres humanos melhores. Com essas análises, foi possível perceber que o ensino médio foi a fase indicada como a mais difícil de se trabalhar a questão da desigualdade, pois é o período em que as experiências fora do ambiente escolar têm um grande impacto. As mudanças físicas e hormonais, os novos interesses, preocupações, incertezas psicológicas/afetivas reforçam a importância da dedicação nos anos iniciais, de criar uma base sólida para o assunto, mostrar desde cedo novas possibilidades, e mostrar para a escola que quantidade importa, mas a qualidade também.

A **categoria III**, última categoria de análise dos resultados, possivelmente nos ajude a entender as duas anteriores. Foi possível notar que alguns professores sentiram dificuldades para interpretar a questão 6, que perguntava a opinião deles em relação à desigualdade de gênero na educação física. Para começar as análises, serão colocados abaixo, alguns trechos de respostas coletadas em nossos questionários.

Na verdade, temos que saber lidar com essas situações, criar atividades que agradem todos os alunos, porque existe aqueles que vão no mais fácil, não se impõe dentro de sala e fica deixando os alunos fazerem o que querem, com isso, acaba as meninas sentadas olhando e batendo papo e os meninos jogando bola sem dar espaço para meninas (Professor 2).

Não há hiato entre escola e sociedade, uma reproduz a outra, por isso a importância de discutir e coibir qualquer forma de preconceito (Professor 3).

Não concordo com essa desigualdade, pois a nossa profissão é inclusão de todos os alunos, sem exceção. E nós professores temos que intervir nas nossas aulas (Professor 4).

Acredito que essa situação deva ser combatida em todas as aulas, o professor tem como função desmistificar os preconceitos e paradigmas que rodeiam essa desigualdade (Professora 2).

Das quatro respostas citadas acima, todos os professores e professoras colocaram que sim, tiveram esse assunto discutido em sua formação, mesmo que alguns tenham relatado que foi pouco, é interessante perceber que buscaram saber, aprender mais sobre o assunto, não pararam no tempo e nem se contentaram com formas antigas de dar aula, pensando sempre no maior beneficiado neste processo: as alunas e os alunos, como dito ainda nestas respostas:

Sim, e também as pesquisadas por mim (Professora 9).

Já houve discussão sobre o assunto, mas não teve estratégias ainda para combater (Professor 4).

Ainda sobre a pergunta relacionada à opinião sobre a desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física, as respostas abaixo têm diferenças em relação às anteriores:

Certíssimo, maior apoio (Professora 19).

Existem aulas em que propostas de atividades são realizadas de formas distintas. E isso não significa que há a desigualdade de gênero pejorativamente. É normal haver aulas diversificadas onde há separação de gêneros em atividades pontuais. E muitas outras vezes, narrando maioria, todos os gêneros são unificados para realizar tal proposta (Professora 12).

As pessoas estão confundindo as dificuldades de realizar a atividade, independente do gênero existe dificuldade do aluno realizar, isso é normal com todos e não por causa do seu gênero (Professora 16).

As respostas colocadas acima, são de pessoas que relataram não terem tido contato com o assunto durante sua formação e nem depois dela, porém, uma participante respondeu:

A educação física escolar não pode ter espaço para reforçar alguns estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. Pelo contrário, precisamos utilizar esse espaço para promover a equidade. Desta forma, enquanto professores e professoras precisamos rever diariamente nossos comportamentos, e planejar a aula considerando as especificidades de cada turma. Não existe educação física de meninas ou meninos, existe a aula de educação física escolar que deve ser para todas e todos (Professora 1).

Essa resposta foi dada por uma professora que também não teve contato algum com o assunto, mas talvez, suas vivências como aluna, deram a ela essa sensibilidade em relação ao assunto. Muitas vezes não é sobre conhecimento, mas sim, sobre empatia, sobre se colocar no lugar do outro e perceber que, às vezes, não enxergamos os problemas por não termos passado por ele. Essa empatia foi registrada na fala a seguir:

Não permitiria algo do tipo, justamente por passar por isso. Percebo os olhares de desaprovação de alguns meninos quando me veem pela primeira vez (Professora 3).

Após a análise dessa categoria, percebemos uma divergência em relação às respostas. As duas últimas questões foram esclarecedoras, pudemos notar que os homens dentro desse estudo não possuem tanto conhecimento sobre o assunto e não demonstram muito interesse, enquanto as mulheres, mesmo que leigas no assunto, têm um lado forte, que é o lado da empatia, conseguem se colocar no lugar dos alunos

e alunas e entendê-los, justamente por já terem passado por isso. Rogers (1977 apud BROLEZZI, 2014), diz que um alto grau de empatia talvez seja o fator mais relevante numa relação, sendo, sem dúvida, um dos fatores mais importantes na promoção de mudanças e de aprendizagem. Quando o professor demonstra que compreende o significado para o aluno, das experiências em sala de aula, a aprendizagem melhora.

## CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu acessar e apresentar opiniões e experiências de professores e professoras em relação à desigualdade de gênero nas aulas de educação física, fazendo uma análise individual e comparativa entre suas respostas e entendê-la um pouco mais, sem esquecer que a vivência é levada em conta sempre. Foi possível, por exemplo, saber que situações de desigualdade acontecem nas aulas de Educação Física Escolar, que alguns professores e professoras estão atentos a essas situações, mas que ainda não há segurança de como se pode intervir nesses momentos.

Todos os participantes desse estudo demonstraram algum embaraço em relação ao tema, uma vez que não tiveram uma disciplina específica em sua graduação. Essa informação ajuda a entender o motivo de determinadas respostas. A desigualdade de gênero está longe de acabar, talvez não tenha fim, mas é importante reconhecer a influência que esse tema tem dentro das aulas de educação física, perceber que seres humanos têm sido prejudicados.

Entender que todos têm direito à educação igualmente, a formar o leque da cultura corporal de movimento de modo parecido, ninguém merece ter a sua liberdade reduzida ao seu gênero. É importante entender também que não estamos aqui para formar atletas e sim, para formar alunos e alunas que tenham capacidade de sair das escolas com comportamento altruísta, tomando suas próprias decisões, tendo desfrutado de todos os movimentos que, com certeza, farão diferença em suas vidas.

O que fica agora é o convite para novos estudantes, para não deixarem esse assunto de lado, estudarem cada vez mais, buscarem cada vez mais, sempre pensando não só em sua formação profissional, mas visando seus futuros alunos, que merecem uma formação integral ao saírem da escola. É fica um apelo às instituições de ensino, que apoiem os seus professores e professoras, deem cursos de capacitação, pois foi gritante a necessidade de mais estudos em relação a esse assunto e é necessário se lembrar dos anos iniciais com carinho, pois o futuro poderá ser diferente graças a eles.

## REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Educação Física Escolar: relações de gênero em jogo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ALTMANN, H; AMARAL, F. C. S.; AYOUB, E. Gênero na prática docente em educação física educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos o jogar”? In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2. maio/ago. 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. B. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 73-81, 2002.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 21.076. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília – DF, p. 3385, 26 de fev. 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24fevereiro1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 abr.2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Apresentação dos temas transversais: ética**. Brasília: MEC, p. 39. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BROLEZZI, A. C. Empatia na relação aluno/professor/conhecimento. **Encontro: Revista de psicologia**, v. 17, n. 27, 2014. Disponível em: <[www.ime.usp.br/~brolezzi/publicacoes/empatia.pdf](http://www.ime.usp.br/~brolezzi/publicacoes/empatia.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- FINCO, D. A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil. In: FARIA, A. L. G. de. (Org.). **O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes**. 1 ed., São Paulo, Cortez, 2007.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139 -152, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GODOI, A. L. B. **A perspectiva dos (as) estudantes sobre a não participação nas aulas de educação física**. 2020. 179f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193616>> Acesso em 01 nov. 2021.

GOELLNER, S. V. A Educação dos Corpos, dos Gêneros e das Sexualidades e o Reconhecimento da Diversidade. **RBCE**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 71-83, mar. 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/105085/000787066.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GOELLNER, S. V.; FRAGA, A. B. O espetáculo do corpo: mulheres e exercitação física no início do século XX. In: **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.161-171.

HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. **Concepções abertas no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2. ed, 2021. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <[http://www.agenda2030.com.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.com.br/os_ods/)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

REINACH, S. **A violência doméstica e sexual na pandemia**. In: Anuário brasileiro de segurança pública, São Paulo, 14. ed., p.32-36, 18 de out. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-final.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCAGLIA, A. J., FABIANI, D. J. F.; GODOY, L. B. Dos jogos tradicionais às técnicas corporais: um estudo a partir das relações entre jogo e cultura lúdica. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, v. 24, n. 2, p. 187-207, mai/ago, 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/10780>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SILVA, G. L.; MOREIRA, M. I. I. **Saberes significativos e temas transversais: uma concepção de cidadania no currículo da EJA**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc\\_saberes.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_saberes.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, Suplemento 2, p. 6-12, 1996.